

Impacto da Informação em Saúde Auditiva na Adesão ao Programa de Triagem Auditiva Neonatal

Flávia Steiger Lira (IC), Maria Francisca Colella dos Santos (PQ)

Resumo

A perda auditiva é um grave problema de saúde pública que apresenta resultados satisfatórios de tratamento caso ocorra intervenção ainda nos primeiros meses de vida. Para que este diagnóstico ocorra no período de tempo adequado é fundamental a adesão aos Programas de Triagem Auditiva Neonatal (TAN). Este estudo teve como objetivo analisar o efeito da orientação às mães, na adesão à TAN, assim como avaliar o conhecimento prévio destas em relação à saúde auditiva.

Palavras Chave: Audiologia, Triagem Neonatal, Diagnóstico Precoce.

Introdução

Uma perda auditiva, mesmo que discreta, pode alterar o desenvolvimento de uma criança em diversos aspectos¹. No entanto, a identificação e intervenção precoce da perda auditiva proporciona desenvolvimento muito próximo ao das crianças ouvintes².

Em função disso, vêm sendo desenvolvidos programas de identificação precoce da perda auditiva, conhecidos como Triagem Auditiva Neonatal (TAN).

O principal empecilho para o sucesso dos programas é a evasão e pouco se sabe, atualmente, sobre o motivo da não aderência, o que vem incentivando novos estudos, já que ao conhecer os impedimentos é possível criar novas estratégias para promover uma maior eficácia dos programas de TAN⁴.

Considerando que a participação da família norteia todas as etapas do programa de TAN³, este estudo teve como objetivo analisar o efeito da orientação fonoaudiológica no pós-parto às mães de recém-nascidos internados na Unidade de Terapia Intensiva e Semi Intensiva, na adesão ao Programa de Saúde Auditiva do Hospital da Mulher Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti (CAISM/UNICAMP), assim como avaliar o conhecimento prévio das mães em relação à audição e TAN.

Resultados e Discussão

A amostra foi constituída pelo número de lactentes que aderiram à Triagem Auditiva Neonatal nos meses setembro e outubro, período de orientação às mães, em comparação com o número de bebês que aderiram a TAN nos meses de julho e agosto, que não houve orientação. Foram orientadas mães cujo recém-nascido ainda não havia realizado a triagem auditiva. Antes da orientação foi aplicado às mães um questionário

auto preenchível de questões de múltipla escolha sobre o conhecimento destas em relação à TAN.

Participaram da pesquisa 35 mães e apesar de a grande maioria ter tido conhecimento sobre a TAN, 20% referiram não ter tido nenhuma informação e 31,4% não souberam dizer qual a sua finalidade. 82% das mães afirmaram não ter conhecimento sobre os indicadores de risco e 17,1% das mães responderam que sim e 34,3% responderam que talvez soubessem reconhecer sinais de perda auditiva em seu filho.

Ao comparar a adesão ao Programa de Saúde Auditiva do CAISM, notou-se que não houve diferença positiva entre os meses em que não ocorreram orientações sobre saúde auditiva, com os meses que ocorreram, já que a adesão foi de 93% em julho e agosto e de 87,8% em setembro e outubro.

Conclusões

Não foi observada diferença positiva entre os meses que não ocorreu orientação sobre saúde auditiva e Triagem Auditiva Neonatal, porém foi observada falta de conhecimento sobre o assunto das mães participantes da pesquisa.

Agradecimentos

Agradeço ao CAISM/UNICAMP por viabilizar a pesquisa e ao CNPq pelo financiamento.

¹ FERNANDES, Juliana Cristina; NOZAWA, Márcia Regina. Estudo da efetividade de um programa de triagem auditiva neonatal universal. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, Mar. 2010.

² GATTO, C. I.; TOCHETTO, T. M. Deficiência auditiva infantil: implicações e soluções. *Rev. CEFAC*, São Paulo, v.9, n.1, 110-15, jan-mar, 2007

³ ALVARENGA, Kátia de Feitas *et al.* Triagem auditiva neonatal: motivos da evasão das famílias no processo de detecção precoce. *Rev. soc. bras. fonoaudiol.*, São Paulo, v. 17, n. 3, 2012.

⁴ RANGEL, S. B.; FERRITE S.; BEGROW, D. D. V. Fatores que influenciam a não adesão ao retorno para a triagem auditiva neonatal. *Rev. Baiana de Saúde Pública*, v.35, n.4, p.948-965 out./dez. 2011.